

Plano de curso

Reforma do Processo Penal

1. Informações Administrativas

1.1. Identificação do Conteudistas e tutor

Conteudistas
Daniel Marchionatti Barbosa – Juiz Federal – TRF 4
Frederico Valdez – Juiz Federal – TRF 4
Walter Nunes da Silva Junior – Juiz Federal – TRF 5
Tutor
Walter Nunes da Silva Junior – Juiz Federal – TRF5

1.2. Identificação da Ação Educacional

Título	Reforma do Processo Penal
Modalidade	() presencial (x) a distância
Carga horária	30 horas-aula
Público-alvo	Magistrados da Justiça Federal de primeiro e segundo graus
Vagas	40

2. Informações Pedagógicas

2.1. Justificativa

Compete ao Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal executar e fomentar a realização de projetos de ensino e aprendizagem voltados aos magistrados e servidores da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juizes Federais (PNA) objetiva contribuir para o aperfeiçoamento da Justiça Federal, por meio da formação, aperfeiçoamento, desenvolvimento das competências estratégicas e essenciais, bem como alinhamento das ações educacionais à estratégia da Justiça Federal.

A Educação a Distância (EaD) é qualificada pelo PNA como instrumento fundamental para sua efetividade, objetivando educação profissional de modo amplo e abrangente, tanto que o art. 9º da Resolução n. 192/2014 do Conselho Nacional de Justiça recomenda, verbis, “sempre que possível e observada a especificidade da ação formativa, deverá ser priorizado o uso da educação a distância como forma de melhor aplicação de recursos públicos”.

Nesse contexto, a fim de mitigar as dificuldades impostas pelo contingenciamento de despesas, o

Plano de curso

tempo de afastamento do local de trabalho, a distância das unidades da Justiça Federal dispersas no Território Nacional e o curto prazo para capacitação, a modalidade de EaD se apresenta como a forma mais adequada e fácil de dar prosseguimento à formação de magistrados federais.

A proposta do curso baseia-se na mudança introduzida pela Lei n. 13.964/2019, que traz diversos pontos que serão objeto de questionamento, com grande potencial de judicialização, razão pela qual se mostra necessário preparar os magistrados para questões a serem enfrentadas e/ou judicializadas.

Pretende-se, ainda, propiciar uma análise das principais questões trazidas pela nova legislação, permitindo que haja exposição sobre linhas contrárias e favoráveis ao texto, de modo a trazer um rico debate sobre o tema.

2.2. Objetivo Geral

Proferir decisões judiciais, em suas áreas de atuação, de acordo com as modificações da Lei n. 13.964/2019.

2.3. Objetivos Específicos, Conteúdos e Metodologia

Módulo	Objetivos Específicos	Conteúdos	Metodologia
Ambientação (2 a 7/7)	<p>Analisar a proposta de trabalho constante no Guia do Estudante;</p> <p>Interagir com os colegas por meio da formação de uma rede colaborativa de aprendizagem;</p> <p>Relatar expectativas em relação ao curso.</p>	Conhecendo o curso	<p>Fórum (apresentação)</p> <p>Wiki (expectativas)</p> <p>Tarefa de criação do perfil</p>
Módulo 1 – Acordo de Não Persecução Penal (8 a 14/7)	<p>Examinar, criticamente, a mudança do nosso sistema processual misto para o acusatório com a importação de institutos do sistema adversarial norteamericano.</p> <p>Identificar os requisitos e as condições exigidas para a realização do acordo de não persecução criminal, assim como as vedações elencadas pela lei.</p> <p>Debater o procedimento próprio para o Acordo de Não Persecução Penal, os limites da decisão judicial e os efeitos daí decorrentes.</p>	<p>Seção I - Sistemas acusatório, inquisitivo, misto e adversarial (justiça consensual ou negocial)</p> <p>Seção II - Requisitos, condições e vedações</p> <p>Seção III - Procedimento, decisão judicial e efeitos</p>	<p>1. Estudo do material didático do módulo;</p> <p>2. Fórum de discussão: Participação nos 3 tópicos de cada uma das seções, com pelo menos duas mensagens dialogadas e discursivas, em cada um deles.</p>
Módulo 2 – Colaboração premiada (15 a 21/7)	<p>Analisar, criticamente, as novas regras procedimentais que passaram a disciplinar a etapa prévia de negociações e tratativas entre as partes para fins de formalização do acordo de colaboração premiada.</p> <p>Identificar as novas disposições legais que tratam do controle judicial na fase de</p>	<p>Seção I - Regras procedimentais da etapa preliminar de negociações</p> <p>Seção II - Alterações direcionadas ao órgão judicial de controle da colaboração premiada</p>	<p>1. Estudo do material didático do módulo;</p> <p>2. Fórum de discussão: Participação nos 3 tópicos de cada uma das seções,</p>

2.3. Objetivos Específicos, Conteúdos e Metodologia			
Módulo	Objetivos Específicos	Conteúdos	Metodologia
	<p>homologação do acordo de colaboração premiada.</p> <p>Avaliar o impacto que a reforma legislativa pode trazer no conteúdo da avaliação judicial para fins de homologação do acordo de colaboração.</p> <p>Reconhecer as novas restrições legais quanto à eficácia das declarações do colaborador para fins de embasamento de decisões judiciais.</p>	Seção III - Restrições na eficácia probatória das palavras do colaborador	com pelo menos duas mensagens dialogadas e discursivas, em cada um deles.
Módulo 3 – Prisão preventiva (22 a 28/7)	<p>Reconhecer a limitação ao poder do juiz de decretar prisão preventiva <i>ex officio</i>, promovida pela Lei 13.964/19.</p> <p>Avaliar, criticamente, casos controversos, de acordo com a limitação ao poder de decretar prisão <i>ex officio</i>.</p> <p>Reconhecer as novas regras sobre a fundamentação da prisão preventiva.</p> <p>Avaliar representações e requerimentos de prisão ou de conversão de flagrante ou de medida cautelar em prisão de acordo com as novas regras.</p> <p>Aplicar as novas regras na redação de decretos de prisão preventiva.</p> <p>Reconhecer as regras sobre a revisão da prisão preventiva (art. 316, parágrafo único, do CPP).</p> <p>Avaliar casos de revisão periódica da prisão preventiva de acordo com o art. 316, parágrafo único, do CPP.</p> <p>Aplicar o conhecimento das regras sobre a revisão da prisão preventiva na redação de decisões.</p>	<p>Seção I - Preventiva de ofício</p> <p>Seção II - Fundamentação da decisão</p> <p>Seção III - Revisão periódica da prisão</p>	<p>1. Estudo do material didático do módulo;</p> <p>2. Fórum de discussão: Participação nos 3 tópicos de cada uma das seções, com pelo menos duas mensagens dialogadas e discursivas, em cada um deles.</p>
Atividade Final (29/7 a 4/8)	Elaborar sentença judicial	Módulos do curso	Estudo de caso Analisar caso concreto e redigir decisão judicial, em grupos.

3. Avaliação de Aprendizagem

Avaliação diagnóstica e formativa, a partir da observação e acompanhamento da participação nas atividades propostas e avaliação somativa com os critérios dispostos no plano de tutoria e no comando de cada atividade no ambiente virtual de aprendizagem.

Resumo das atividades avaliativas

Etapa	Atividade	Pontuação
Ambientação	Tarefa criação/atualização perfil do aluno	5
Módulo I	Fórum de discussão	15
Módulo II	Fórum de discussão	15
Módulo III	Fórum de discussão	15
Atividade Final	Tarefa – Decisão	50 (15 pontos individuais e 35 pontos em grupo)